

Dívida
Externa

Plano Brady e duplo monitoramento

O Banco Mundial não tardou em imitar o exemplo do Fundo Monetário Internacional ao divulgar as regras que pretende seguir para dar sua contribuição ao Plano Brady, que objetiva a redução da dívida externa dos países em desenvolvimento. O Bird, que dispõe de recursos superiores aos do FMI, apresentou um esquema parecido com o do seu congênere, baseado porém sobre empréstimos e não cotas do país interessado, pelo que oferece, em tese, quantias maiores visando à atenuação dos débitos. Verifica-se, todavia, que a ajuda conjugada desses dois organismos pouco representará, e que a sua concretização exigirá, no caso do Brasil, a superação de numerosos obstáculos.

Servindo-se de cálculos muito otimistas, a *Gazeta Mercantil* estima que num período de três anos, desde que tenhamos acesso a todas as facilidades oferecidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, poderemos dispor de uma quantia equivalente a 2,32 bilhões de dólares, o que representa 2,83% da dívida que temos com os bancos. Com tais recursos poderíamos re-

comprar, ou transformar em títulos, parte da dívida externa com deságio. Admitindo-se que os bancos comerciais aceitem que o nosso débito — conforme ocorre atualmente no mercado secundário — valha somente 32% do valor de face, em três anos poderíamos reduzi-lo em um pouco menos de 9%, ou seja, 3% ao ano.

Não se trata de um valor desprezível, ainda que se possa considerá-lo modesto. Mas, para atingi-lo, haverá que vencer diversos obstáculos. A primeira dificuldade envolve o desconto aceito pelos bancos. Sabe-se que, nos últimos anos, a média ponderada desse desconto passou de 32% a 68%. Isso não significa, porém, que os estabelecimentos bancários estejam decididos a liquidar sua dívida a uma porcentagem equivalente. Tal dívida repousa num fato concreto: o México, que está recebendo a ajuda do Bird e do FMI, pediu aos bancos um desconto de 55% e para novos papéis, uma taxa de juros fixa de 4%. Recebeu em resposta proposta de um desconto de 20%, sem qualquer referência aos juros. Ora, o México está, hoje, diante da comunidade financeira

internacional, em situação muito melhor do que a do Brasil. Será certamente muito difícil convencer os bancos a aceitar um desconto equivalente ao que ora se verifica no mercado secundário, em que são essencialmente os estabelecimentos regionais os interessados em livrar-se dos seus empréstimos ao nosso país.

Não podemos assim esperar que o objetivo de uma redução de 9% da dívida com os bancos comerciais (3% ao ano) possa ser atingido. Uma redução da dívida de apenas 2,5 bilhões de dólares por ano significaria muito pouco: é praticamente o valor equivalente ao que conseguimos obter através de um sistema de conversão de dívida no período 1985/88 (7,5 bilhões de dólares segundo o *Institut de Finance Internationale*).

Todavia, as conversões de dívida em capital de risco não dependem de exigências dos organismos internacionais de crédito. Ora com o Plano Brady, teremos o duplo monitoramento do FMI e do Banco Mundial. Já tivemos árduas experiências, nos últimos anos, com o FMI: agora, serão dois organismos a apresentar suas condições para liberar recur-

sos. E provável que o Banco Mundial venha a seguir a decisão do FMI nesse particular. No texto em que anunciou o novo esquema de ajuda, no dia 24 de maio, o FMI não escondeu que esta será ligada a programas de ajuste de prazo médio, que incluirão um elenco importante de reformas estruturais, e que se dará ênfase às medidas que criam um clima favorável à formação de poupança e realização de investimentos. O FMI admitirá que o país endividado no momento da negociação se atrase com os bancos, mas não com os organismos oficiais.

Não devemos, diante de tais dificuldades a vencer, recusar a idéia de tal ajuda. Apenas nos cumpre saber que ela não elimina outras formas de atuação para redução do estoque da dívida. Seria também essencial que o Brasil, ao lado dos outros devedores, mostrasse a importância de um controle das taxas de juros no mercado internacional. Basta lembrar que um aumento de 7% para 10% dessas taxas representa um valor superior ao máximo da ajuda que poderíamos receber dos organismos internacionais...

03 JUN 1989